

No segundo semestre de cada ano, as autoridades econômicas começam a fazer as contas, vendo quanto falta para equilibrar a balança comercial brasileira. E sempre falta muito.

Aí, o país inteiro se movimenta como uma aristocracia em decadência, procurando penhorar tudo o que tem de valor para manter o padrão de vida. Ou seja, o Brasil lança mão de todos os parques excedentes industriais e agropecuários para equilibrar a balança e sustentar seu ritmo de desenvolvimento.

Por esta época, o assunto "exportar" toma conta dos jornais econômicos e vira polêmica nacional. O governo lança mão de campanhas publicitárias como a antiga "exportar é o que importa" e financia feiras como a Brasil-Export 80. Os empresários, a favor ou contra, divulgam sua opinião em documentos como o recente "exportar ou sucumbir" da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP (dezembro de 80).

E os supermercadistas, o que tem a ver com isso tudo?

Nada, porque os supermercadistas não são empresários exportadores, nem fazendeiros e não podem mexer um dedo em prol da "penhora" nacional.

E tudo, porque é exatamente esse modelo político exportador, emaranhado de necessidades e fórmulas complicadas, que determina nossos índices de inflação, nossa alta do custo de vida, a falta de feijão nas gôndolas do auto-serviço, a falta de leite em pó, a campanha pró consumo de soja e até o índice de roubos dentro das lojas.

O supermercado, como todos os outros setores aparentemente desligados da exportação, está inserido no contexto econômico do país e, conseqüentemente, atrelado ao tal do modelo exportador. E uma das coisas que este modelo mais afeta é justamente o mercado interno e, em especial, o abastecimento. Por que?

Porque é através das exportações que pagamos nossa fome de ser um país industrializado e desenvolvido. Com as vendas externas, pagamos o know-how importado, as máquinas que não fabri-

# EXPORTAÇÃO E SUPERMERCADO

Texto: Liana John

camos, enlatados de todo o tipo e contas absurdas, como a do petróleo. Só para que se tenha uma idéia, o petróleo que alimenta nossa indústria automobilística e nossa "aversão" por energias alternativas, antigamente custava apenas 8% de nossas exportações. Hoje, apesar de todo o castigo sobre o bolso do consumidor, engole nada menos que 50% de tudo o que vendemos lá fora.

Quer dizer, temos que vender mais e sempre mais para pagar as mesmas contas, os mesmos manufaturados e o mesmo petróleo. A política de substituição de importações substituiu apenas o uísque escocês por vodca nacional e o caviar por patê de fígado; e esqueceu de incentivar a indústria nacional de base, a tecnologia nacional, o uso de energia elétrica, os trens. Nossas mercadorias continuam andando de caminhão, a passo de know-how estrangeiro.

Mas esta já é outra história. O fato é que, para sobrevivermos, a cada ano precisamos exportar mais dólares. Isso significa, no campo, que as culturas de exportação são mais incentivadas que as de abastecimento interno, declarem o

que declararem os ministros (Ver matéria sobre abastecimento nesta edição).

Na indústria, a necessidade de entrada de mais dólares se reflete em vantagens e incentivos à exportação, com prejuízo, muitas vezes, para o mercado interno.

No supermercado, o direcionamento da agropecuária e da indústria para a exportação se traduz em filas e filas de feijão, carne, leite (em pó e in natura) e óleo, que volta e meia estão em falta.

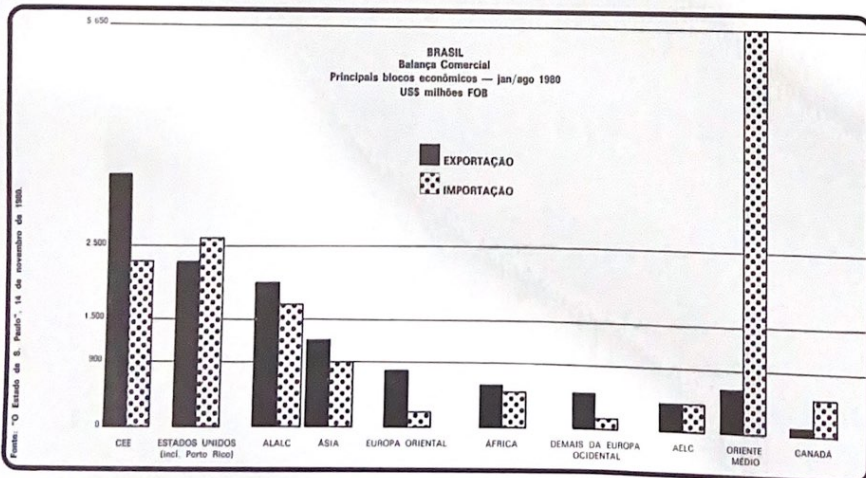
Resumindo: o resultado de uma política exportadora de tantos anos acaba sendo um mercado interno frágil e distorcido, dependente de mercadorias ou maquinários estrangeiros. E ainda assim a balança comercial não consegue ser equilibrada!

Pior para os brasileiros, pior para seu ritmo de desenvolvimento e pior para sua economia interna, que depende tanto das exportações. Os credores internacionais não perdoam! Nem sabendo que é a manutenção do tal ritmo de desenvolvimento (determinado pelo modelo) que vai assegurar "o estímulo à absorção de mão-de-obra em atividades produtivas e manter o nível de emprego fora dos limites da recessão e da intranquilidade social", como diz o documento da FIESP, divulgado neste dezembro.

E, para os mais desavisados, é a "absorção da mão-de-obra em atividades produtivas" e o "nível de emprego fora dos limites da recessão" que vão manter abertas as portas de muito comércio por este Brasil nos próximos anos, através da manutenção do poder aquisitivo do consumidor médio.

Em outras palavras, aquela coisa tão distante como a exportação vai acabar na caixa do supermercado, fazendo até valer a pena pensar nela. Não é simples, mas parece claro.

8



**Enquanto a população brasileira, ao longo da década de 70, cresceu cerca de 22%, a produção de alimentos aumentou apenas 11,44%. Ou seja, continua faltando comida na panela do povo. E cada vez mais.**

## *E a sua panela, como vai ministro?*

**Texto: Liana John**

**A** pesar das quebras e fenômenos climáticos, o ano de 1980 conseguiu fechar com uma safra agrícola maior que a de 1979, cumprindo assim com os objetivos governamentais de expansão da oferta de alimentos. Em consequência desta expansão, pela primeira vez em dez anos o Índice Geral de Preços (18,9 pontos) cresceu mais que o Índice de Preços dos Alimentos (17,9 pontos), conforme análise do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Badesp.

Antes de soltarmos os fogos, porém, é preciso pesarmos a expansão/80 na balança dos últimos dez anos de oferta de alimentos. É preciso considerar, por exemplo, que 79 foi na verdade um ano de retração, com 4% a menos na produção, o que significa 14%

de alimentos básicos a menos, se somarmos aí o aumento populacional.

Sem esquecer, também, que desde 73 tal retração vem acontecendo, com maior ou menor intensidade a cada ano. Juntando todos os percentuais, temos que, entre 71 e 79 houve uma retração de 30% na oferta de alimentos por habitante urbano. O que deve explicar o aumento de 2.300% do Índice de Preços dos Alimentos e os 1.800% do Índice Geral de Preços, naquele período, na cidade do Rio de Janeiro.

Ou seja: tivemos uma breve vitória da produção agrícola e do Índice de Preços dos Alimentos sobre o Índice Geral de Preços, mas ainda temos muito chão para percorrer. Esperemos (e rezemos?), portanto, que as vitórias das safras agrícolas se sucedam. O suficiente, pelo menos, para que população e preço empatem na contagem dos grãos de feijão e arroz (veja tabela). ■

SAFRAS (em mil toneladas)	X				POPULAÇÃO (mil habitantes)					
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Arroz	6.593	7.824	7.160	6.483	7.538	9.757	8.994	7.296	7.589	10.231
Banana	5.503	5.985	3.717	3.665	3.717	4.032	4.305	4.368	4.295	4.822*
Batata-Inglesa	1.580	1.589	1.337	1.673	1.689	1.898	1.896	2.014	2.149	1.951
Cebola	287	282	307	341	349	430	489	488	691	626
Feijão	2.688	2.676	2.231	2.238	2.271	1.840	2.290	2.194	2.187	2.748
Mandioca	30.229	29.829	26.528	24.715	25.812	25.443	25.929	25.459	24.935	26.105
Milho	14.130	14.891	14.186	16.285	16.354	17.751	19.256	13.569	16.309	21.487
Tomate	820	892	809	1.035	1.047	1.167	1.298	1.465	1.500	1.617
<b>Total de alimentos</b>	<b>61.630</b>	<b>63.968</b>	<b>56.275</b>	<b>56.435</b>	<b>58.777</b>	<b>62.318</b>	<b>64.457</b>	<b>56.853</b>	<b>56.655</b>	<b>69.587</b>
<b>População Total</b>	<b>95.993</b>	<b>98.690</b>	<b>101.433</b>	<b>104.243</b>	<b>107.145</b>	<b>110.124</b>	<b>113.209</b>	<b>116.393</b>	<b>119.670</b>	<b>123.032</b>

Fonte: Min. Ag./CP; IBGE/CP; Imprensa/CP.  
\* Estimativa feita em Maio/Junho de 80.



Foto: Nani Gois/Abril Press

*A soja foi a cultura mais beneficiada por pesquisas tecnológicas desenvolvidas por institutos de agronomia.*

## ***Cana de Açúcar ou Cana de Álcool?***

**Texto: Liana John**

**D**ois anos depois do nascimento da crise do petróleo (73), o Brasil resolve optar pelo álcool derivado da cana como energia alternativa. Condições não faltavam: o país possuía a tecnologia para a produção do álcool carburante, incluindo uma indústria de bens de capital razoavelmente desenvolvida ao longo de toda uma história na produção de açúcar.

E mais, “existia um excesso de oferta de matéria-prima, numa época em que os preços internacionais do açúcar estavam caindo,

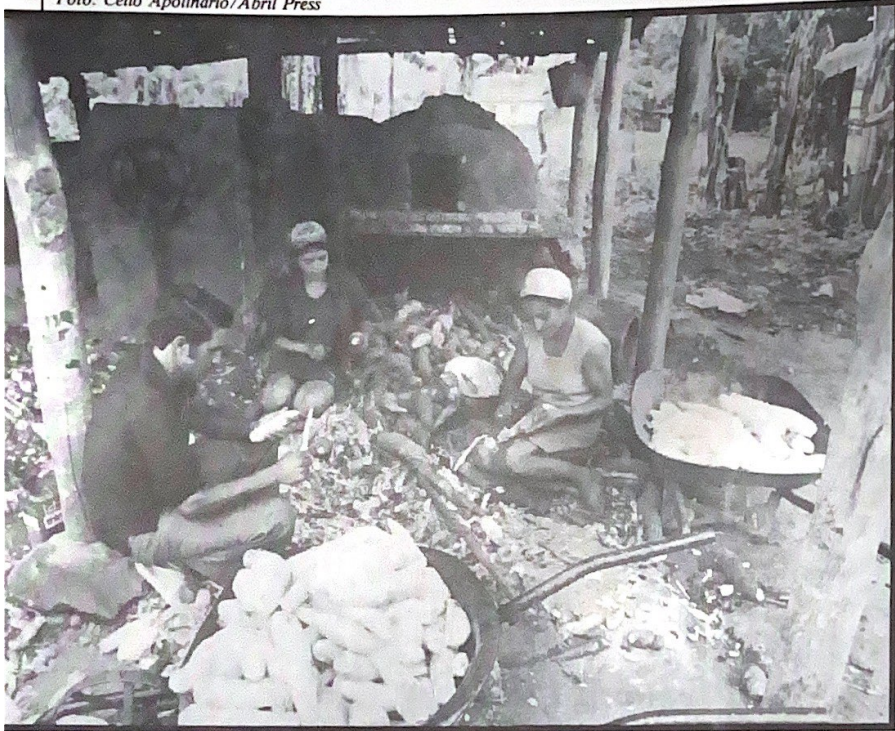
muito rapidamente”, conforme Fernando Homem de Melo, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Daí, com uma ajudazinha do crédito subsidiado concedido por bancos oficiais, foi fácil fixar uma meta de 3 bilhões de litros de álcool para o ano agrícola de 79/80. Meta esta que correspondia à adição de 20% de álcool à toda gasolina vendida no país e que foi superada em cerca de 800 milhões de litros.

Entusiasmado, o governo fixou então a ambiciosa meta de 10,7 bilhões de litros para 1985, retificando depois para o objetivo fatal

## O álcool chegou para enfrentar a produção de alimentos e de exportação, numa autêntica briga pela posse das terras

Foto: Célio Apolinário/Abril Press



*A cultura de mandioca foi uma das que mais se retraíram com a expansão das culturas de exportação.*

de 14 bilhões de litros de álcool em 1987. Fatal para a agricultura, bem entendido, porque se vissemos apenas pelo lado da economia de gasolina os 14 bi seriam até insuficientes.

Para atender a tamanho objetivo, argumenta Homem de Melo, "seria preciso que a área cultivada no Brasil crescesse a uma taxa média de 7 ou 8% de 1977 a 1985. O que é uma taxa muito alta, se comparada à taxa média de 3,7% que prevaleceu durante 1968/1977". Claro que nesta conta aí está incluída a demanda por terras das outras duas produções agrícolas imprescindíveis: consumo interno e exportação.

Já na primeira fase do Proálcool, por exemplo, o principal aumento da área cultivada com cana deu-se em substituição ao milho e às pastagens. Com todo o apoio governamental, nada mais lógico do que os plantadores de cana procurarem terras já providas de infra-estrutura, ainda que para isso tivessem que deslocar as pequenas culturas de consumo interno.

E olhe que as plantações de cana são mais perenes que qualquer outro produto básico. Quando elas tomam uma terra, vêm para ficar, pois seu ciclo é de três a cinco anos, com colheitas anuais, e o prejuízo para quem sai do ramo sem completar todo o ciclo de colheitas é muito grande.

Mas a briga não é só do feijão com arroz. A produção do álcool para substituição da

gasolina tem outro inimigo bastante sério, em seu próprio meio: a exportação de açúcar. Se no início do Proálcool a cana estava sobrando, pois havia excesso de açúcar no mercado internacional, em 1980 esta posição inverteu-se: o preço do açúcar foi lá pra cima e pretende manter-se lá, ameaçando o álcool com a aflita necessidade de se equilibrar a balança comercial.

Quer dizer, de 77/78 a 80/81 foi relativamente fácil aumentar a produção de álcool em 158%, através do aproveitamento da capacidade ociosa das usinas de açúcar. Mas o que vai além disso são novos projetos, e novos projetos levam tempo para serem implantados. Sem contar que certas áreas tradicionalmente açucareiras podem achar mais vantajoso jogar este ano na alta do açúcar, seu velho produto, e deixar o álcool para o ano que vem, ou o outro. É tudo uma questão de cotação internacional.

### Entre o álcool e o açúcar quem ganha é a cana

No meio de toda esta disputa, a única que não sai realmente perdendo é a produção de cana, seja ela para o que for. Prova disso é a crescente mecanização pela qual a cultura vem passando, conforme relatório da Coper-sucar de 1980.

Diz o documento que "os estímulos eco-

nômicos instituídos com a expansão da agroindústria açucareira e, mais recentemente, com o Proálcool, garantem a modernização de toda a tecnologia empregada na produção de cana, açúcar e álcool, estimulando a criação e introdução de novas técnicas aqui estudadas e desenvolvidas. Além do apoio dado pela indústria nacional, que supre as necessidades de todos os setores de máquinas agrícolas e industriais (usinas) bem como fertilizantes, defensivos, etc".

Para que se tenha uma idéia mais clara sobre o índice atingido por tal mecanização, conta o relatório que muitos produtores de cana vêm utilizando aviões para grande parte das aplicações de fertilizantes e herbicidas, sendo que alguns dos aviões já são de fabricação nacional. Fora isso, todo o preparo do solo e até o plantio vêm sendo mecanizados, embora em muitas regiões a distribuição de mudas e o corte ainda sejam manuais.

A produção mais representativa, porém, já é mecanizada, localizando-se no Estado de São Paulo. Sozinho, este Estado detém 45% da área de cana do Brasil, produzindo entre 55 e 60 milhões de sacas de açúcar (safra 79/80), num total brasileiro de 120 milhões de sacas. Na conta do álcool, São Paulo produziu 52% do total Brasil em 79/80 (3,8 bilhões de litros) e pretende chegar aos 7 bilhões de litros, quando (e se) a meta dos 10,7 bi for alcançada.

A produção de açúcar paulista destina-se em grande parte ao consumo interno, calculado hoje em torno de 92 milhões de sacas, ou 50 kg "per capita", por ano. No Nordeste é que a produção açucareira realmente destina-se à exportação, com Pernambuco detendo 20% da produção, contra 17% do Estado de Alagoas.

Em todos os casos, Nordeste, Sudeste, exportação ou consumo interno, as plantações de cana contam com um cooperativismo razoavelmente desenvolvido. E cooperativismo de produtores. Segundo Domingos José Aldrovani, Presidente da Comissão Técnica de Cana de Açúcar na FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), "o cooperativismo ajuda muito, porque pode proporcionar financiamentos com juros de 10 a 20% com recursos próprios. Sem esquecer que a cooperativa pode trabalhar com repasses para adubos, que são obtidos através do Banco do Brasil. O lavrador pode fazer o financiamento do adubo sem pagar o custo do financiamento, que é suprido pelo Banco Central".

As cooperativas também mantêm técnicos próprios e dispõem de contatos com escolas de agronomia, que colaboram na assistência, de casos rotineiros e especiais. Isso é particularmente importante numa agricultura brasileira, em que a maioria dos técnicos que visitam as fazendas são agrônomos contratados pelas empresas de adubos e defensivos. E a função deles é vender o adubo, muitas vezes sob a pretensão de estar "receitando" certo e, na verdade, estar envenenando as culturas dos mais desavisados (que é o que não falta por este interior afora).